

Apresentado na reunião anual da ABA  
Julho de 80 - Rio

CEDI - P. J. B.
DATA 31, 12, 86
COD KAD000001

POR UMA ANTROPOLOGIA MAIS REAL  
- a responsabilidade social do etnólogo -

Eduardo B. Viveiros de Castro  
Museu Nacional - RJ

O risco de falar sobre temas como esse de hoje, é o de tomá-lo como tema ético. Os temas éticos são sempre fascinantes, pois articulam questões cosmológicas últimas (e portanto indecidíveis) com problemas pessoais, concretos e urgentes (e que portanto exigem decisões). Isto é, os temas éticos são sempre muito óbvios - todos sabemos de que lado estamos e o que fazer em geral -, e muito complicados, pois o discurso ético possui um furor totalizante que abomina qualquer casuística. Mas, será possível tomar esta questão sem ser como tema ético? Pode-se, isto é, tomá-la como questão antropológica? Discutir, por exemplo, que condições históricas geram o problema da responsabilidade social do cientista (e do antropólogo em particular)? Ou discutir quem decide sobre o que deve ser a responsabilidade social do antropólogo - discutir poder? Ou indicar ainda as situações concretas que, defrontadas hoje no Brasil pelo antropólogo, exigem uma reflexão sobre este problema?

Muitas destas possibilidades estão além de minhas forças, além do tempo disponível e, creio, das intenções dessa mesa-redonda. Assim, vou-me concentrar em dois grupos de questões: primeiro, caberia examinar brevemente certas representações que os antropólogos, enquanto intelectuais, fazem de sua prática; em seguida, irei apresentar certos dilemas que perseguem a atividade do etnólogo hoje. Ou seja, discutirei as responsabilidades da antropologia indígena. Antes quero, pela ação mágica de nomeá-las, exorcizar duas tentações desagradáveis: espero evitar por-me a dizer o que meus colegas devem fazer (o que, além de ser falta de educação, no meu caso seria ridículo), e espero não cair na repetição ritual de chavões reconfortantes e profissões de fé auto-complacentes.

Há mais coisas que quero evitar. Por isso, pergunto: por que se fala em responsabilidade social do antropólogo? Há alguma forma de responsabilidade que não o seja? Ou será que se quer significar que existem algumas responsabilidades mais "sociais" que as outras? Com tal

pergunta, quero sugerir a falácia da oposição comum entre "responsabilidade social" e "responsabilidade científica", sempre resolvida pela redução de uma forma de responsabilidade à outra - o que é inevitável, pois a dicotomia é defeituosa -, sem que se chegue muito longe. Em termos gerais, tal equacionamento do problema supõe - mesmo que para negá-la - a <sup>distinção</sup> oposição formalista entre "cientista" e "cidadão" como papéis sociais. No caso da antropologia em particular, <sup>o que se supõe</sup> ~~o que se supõe~~ (uma leitura da distinção epistemológica sujeito/objeto como se implicasse uma contradição de interesses e compromissos no plano dos atores envolvidos no fazer antropológico. E surgem então as clássicas e dilacerantes oposições, vividas sob o modo ético, entre "a academia" e "os índios (ou operários, etc.)", entre as "demandas teóricas" e os imperativos categóricos de uma prática "comprometida com os interesses reais dos índios (ou operários, etc.)", num movimento pendular que nos leva da impotência política de um teoricismo míope à anipotência narcisista de um "participacionismo" sentimental. Ou seja, à reificação ética da distinção sujeito/objeto, superpõe-se uma distinção teoria/prática que faz corresponder "teoria" ao privilégio político do sujeito, e "prática" ao privilégio político do objeto.

Tenho para mim que tais falsos dilemas e falsas soluções podem ser repensados a partir de uma reflexão propriamente teórica sobre esses conceitos mutuamente implicados: teoria, prática, sujeito, objeto. O que não quer dizer - e eis aí outra questão que coloco - que se possa "resolver" o problema da responsabilidade social do antropólogo teoricamente, sendo ele um problema que remete ao estatuto da prática do antropólogo. Embora seja um postulado da atividade científica que a razão teórica "explica" ou "compreende" a prática [pois o que chamamos "prática" é o objeto de nossas teorias], exprimo minhas dúvidas quanto à possibilidade de fundamentar nossa própria prática (a única que, de direito e de fato, podemos fundamentar) na razão teórica.

Explico-me: explicar não é fundamentar. As pessoas - até os antropólogos - não agem movidas pelos conceitos produzidos no interior do discurso antropológico. Crer no contrário é incorrer no pecado nada original da reificação de abstrações. No caso da antropologia, <sup>a reificação</sup> ~~a reificação~~ é a modalidade mais sutil, porque não diretamente valorativa, de etnocentrismo; e, "na prática", leva ao dirigismo, que é uma forma peculiar de esquecimento das limitações intrínsecas da razão teórica.

Quando se trata de uma reflexão sobre a própria prática, as consequêncas são igualmente graves. A ilusão de que a ação pode ser integralmente agida pela consciência teórica, deriva do desconhecimento ~~inexato~~ do fato de que uma teoria é sempre uma racionalização retrospectiva, ou uma projeção diretiva. A coerência absoluta postulada entre teoria e prática pode bem levar, no plano ético, à busca obsessiva ou à imposição dogmática de uma consistência absoluta, inevitável e desejável, entre teoria do cientista, objetos empíricos que seleciona, objetos teóricos que constrói, a visão de mundo desse cientista, e até suas atitudes mais cotidianas e pessoais. Em outras palavras, a vigilância epistemológica terminando virando polícia de costumes. Tudo isso traduz também uma postura essencialista diante da teoria, ao impor/impôr que a cada teoria - mesmo específica, mesmo regional - corresponde um dado projeto ético-político, e que o valor de uma mede-se pelo do outro e vice-versa. Imagina-se, por fim, que a razão teórica possa transcender, pelo seu puro exercício, suas próprias determinações concretas.

Com tudo isso, quer apenas dizer que o problema da responsabilidade social do antropólogo, enquanto problema prático, não tem "solução" teórica. O que não quer dizer que o fato de sermos antropólogos, isto é, dispormos de uma dada formação técnica e de uma dada atitude teórica diante do social, não informe a nossa prática. Informará, é claro; mas não creio que nos ponha em posição privilegiada diante do problema da ação. Talvez pelo contrário. Não estou, por outro lado, privilegiando a "ação" sobre a "teoria". A ação, como instância ou problema, só existe aliás para os teóricos.

O privilégio ético da "ação" sobre a "teoria" costuma levar a outras ilusões, ~~uma~~ das quais a mais comum é a da "participação primitiva" entre sujeito e objeto de conhecimento. Refiro-me aqui à postura anti-teórica que considera a teoria como cortina de fumaça que encobre os "problemas concretos" a serem enfrentados, e que imagina enfrentá-los ~~apart~~ mediante a fusão mística entre o sujeito e o objeto, aonde o sujeito transmigra para o objeto e o "encarna". O fazer teórico surge então como perversão, uma vez que o que conta é a possibilidade a priori de reproduzir, na própria prática, as experiências dos sujeitos que são o objeto dessa experiência; e isto é a condição de toda ação política. Note-se que essa postura também impõe a seus portadores a exigência da consistência integral - esse flagelo pequeno-burguês - entre teoria e prática, desta vez por um mimetismo caricatural que supõe que o Verbo não distingue entre sujeito e objeto. Note-se também que, se o teoricismo objetivista de que falávamos antes ergue a teoria como razão e controle das práticas, impondo distância ~~intransponível~~ intransponível entre as "razões" do teórico e as "racionalizações" do objeto (barreira só franqueável →

dissipável quando o teórico reflete sobre sua própria prática), o subjetivismo populista termina por anular a distância sujeito/objeto, e, ao supor a "encarnação" do intelectual <sup>em sua prática</sup> (malgré lui) em seu objeto de experiência (teórica malgré lui), anula e torna efetivamente dispensável a existência do outro como realidade diferente do eu. No primeiro caso, toma-se o "nativo como coisa"; no segundo, o nativo como espelho, que reflete a <sup>inevitável</sup> constatação de que o melhor índio é um missionário encarnado, e o melhor operário um estudante entusiasmado. Tal misticismo antiteórico, que parece estar assentado numa ética da culpa e da ascese redentora, subscreve assim uma teoria que poderíamos batizar de "transfiguração <sup>antropológica</sup>", a qual tem especial importância dentro de certos discursos sobre os índios, como veremos.

Para terminar essas considerações, quero observar que todas essas dificuldades que apontei, parecem derivar de uma concepção das relações teoria/prática como processo de totalização: ou a prática como "aplicação" de uma teoria, ou a teoria como resíduo ou resultado da prática criadora. Na verdade, como o diz Deleuze, as relações teoria/prática ~~são~~ sempre parciais e fragmentárias, momentos distintos que se revezam, e se articulam, e se supõem reciprocamente, sem estarem unificados baixo qualquer essência. Mas, passemos à antropologia indígena, e a reflexões mais práticas.

Falei de tudo isso, porque percebo que as questões colocadas por aqueles antropólogos que, hoje no Brasil, trabalham com os povos indígenas, remetem a uma necessidade imperiosa de pensar a própria prática, sobretudo em um momento em que ela se vê paralisada pela <sup>do órgão-tutelar</sup> repressão e hesitante diante de demandas críticas dos índios. Um dos efeitos <sup>mais</sup> ~~menores~~ da repressão é produzir em suas vítimas uma superestimação <sup>crítica</sup> da própria importância; um dos efeitos menos interessantes do questionamento indígena sobre os antropólogos, é a auto-flagelação e o mergulho no subjetivismo imediatista. Assim, o que está em jogo hoje, e em discussão aqui, não é nosso compromisso incontornável com os povos indígenas e sua luta, nem nosso desacordo também incontornável com a política indigenista oficial; o que está em jogo são as formas de exercício desse compromisso e de combate a essa política. O que está em discussão, ~~portanto~~ é nossa especificidade enquanto antropólogos, nesse campo de forças em que se desenrola a "questão indígena" - quais as nossas armas, quais as nossas habilidades específicas, a nossa importância e a nossa estratégia. Nesse sentido, quero fazer algumas observa



ções descozidas, mas todas referente à nossa especificidade.

Em primeiro lugar, cabe refletir sobre a pertinência teórica e política de uma aparente contradição, mantida há algum tempo para grande benefício da política indigenista oficial, entre teoria antropológica e ação indigenista, entre "antropólogos acadêmicos" (os "teóricos") e "indigenistas" (os "práticos"). Sem querer tapar o sol com a peneira da crise da FUNAI, negando a evidência e a importância de uma divisão do trabalho indigenista, quero comentar certas posições atualmente comuns, que consideram o trabalho teórico - dos "antropólogos acadêmicos" - como irrelevante, alienado, desvinculado das lutas concretas dos povos indígenas. Ao contrário dos que sustentam, aberta ou veladamente, esta posição, não creio haver nenhuma contradição em princípio entre a lógica própria da atividade científica e o compromisso ideológico e prático com o trabalho indigenista, isto é, com os índios. O juízo muito comum: "é absurdo estudar parentesco (ou mitologia, ou música) quando os índios estão lutando por terra ou morrendo de fome" é, em si mesmo, absurdo, por ser "terrorista", no sentido que Sartre dá a este adjetivo: isto é, por reduzir a variedade e riqueza das situações e motivações concretas a uma lógica abstrata, ~~reduzida~~, formalista, que se recusa intransigentemente a distinguir e diferenciar. Certamente é absurdo "estudar" qualquer coisa - mesmo a fome e a luta pela terra - em certas situações; e certamente muitos antropólogos incorreram nesse absurdo, ~~ou~~ pensaram em abandonar a antropologia para evitá-lo. Mas o que precisamos nos perguntar - e é isso o trabalho teórico, e essa a nossa responsabilidade -, é se, como, e sobretudo por que o parentesco, a mitologia ou a música são tão importantes para homens que lutam pela terra e morrem de fome. Se não ~~podemos~~ <sup>precisamos e devemos</sup> entender isso, nosso compromisso de antropólogos com a luta indígena não passará do estágio de uma indignação abstrata, genérica e estéril diante dos crimes contra os índios, e de uma solidariedade igualmente abstrata e "humanista" para com essa luta. Ou, pior ainda, cairemos numa prática indigenista concreta que, imaginando estar "ao lado" dos índios, é tão cega para o que faz daqueles homens, índios, quanto as forças que combatemos são cegas para o que faz daqueles índios, homens.

Creio, portanto, que não existem objetos de pesquisa irrelevantes. O que há, possivelmente, - e mesmo aqui deve-se ter cuidado ao julgar -, são formas irrelevantes de tratar objetos de pesquisa, o que sucede em geral antes por carência que por excesso de teoria: penso na tradição academicista - hoje já bastante superada - de acumular episodicamente pequenos conjuntos de "fatos" etnográficos sem que estes sejam integrados

em uma explicação teórica globalizante que <sup>precisa dar</sup> ~~dê, ao mesmo tempo,~~ conta da significação desses fatos para aqueles que não os tratam como fatos, isto é, os índios.

Em segundo lugar, quero comentar algo sobre nosso papel diante dos processos de <sup>de constituição</sup> constituição de uma luta indígena auto-conduzida, a que hoje assistimos. Falamos muito - aliás, nós, o CIMI, e mesmo a FUNAI - em "dar voz aos índios", "criar um espaço" para as lideranças e reivindicações indígenas autênticas. Mas falamos muito no que não se deve fazer, que possa calar essa voz e obstruir esse espaço; falamos pouco sobre o que podemos fazer, enquanto antropólogos, para dar tal voz e criar tal espaço.

Creio que todos, antropólogos e intelectuais, aprendemos (uma lição fundamental) com as lutas indígenas e demais lutas sociais nos anos recentes <sup>da</sup> indignidade de falar pelos outros. Isto tem consequências políticas e teóricas. Quanto a estas últimas, penso que as tentativas recentes de tomar como tarefa fundamental da antropologia, o diálogo com o discurso explícito ou implícito dos sujeitos indígenas <sup>sobre</sup> suas condições de existência, representam um passo importante. Refiro-me aos esboços de constituição de uma "razão simbólica" como constitutiva da prática, <sup>enquanto prática</sup> enquanto produção de sentido, e aos esforços de crítica da "razão prática" ocidental como variante singular dessa razão simbólica. Quanto às consequências políticas, creio já estarmos podendo abandonar as ilusões de sermos a "consciência" dos índios (que achávamos que éramos por estar de posse teórica de seu "inconsciente", isto é, das determinações de sua prática); não creio, porém, que nossa tarefa seja simplesmente "dar voz" ou "criar espaço". "Dar voz", certamente, não; trata-se antes de dar ouvidos a uma voz que eles já têm, lutar para que se dê ouvidos a essa voz, e para que se entenda o que essa voz quer dizer. E penso, também, que há muitas circunstâncias em que precisamos ser porta-vozes; ainda ou sempre, de reivindicações e lutas dos povos que conhecemos; não se trata apenas de uma questão de grau de contato do grupo, <sup>partidos</sup> mas de contextos políticos em que nossa voz seja importante. E, contas feitas, ser porta-voz é atividade mais digna que <sup>fazer-se de ventríloquo com os índios</sup> fazer-se de ventríloquo. O poder é sempre ventríloquo, brutal ou sutilmente, consciente ~~ou inconscientemente~~. "Falar pelos outros", como entendo essa expressão, significa fazer o outro falar em seu nome, dando a impressão de estar falando em nome do outro. Há <sup>formas</sup> formas de ventriloquismo em que - lembro-me de um filme de terror que vi quando criança - o artista e o boneco trocam de papéis e de aparência.

Penso ainda que, se não podemos absolutamente falar pelos índios, isto não nos deverá reduzir à mudez absoluta, nem à obrigação de falar mos apenas de nós mesmos (o que, no fundo, é feito por muita antropologia). Creio podermos continuar falando dos índios e com os índios. Talvez nossa importância política direta desapareça (agora que mal a descobrimos ou a desejamos) numa situação histórica em que os povos indígenas disponham de poder para se fazerem ouvir e garantir seus direitos; o papel da antropologia como discurso teórico sobre a sociedade não declina com tal acontecimento - talvez mesmo dependa de entendê-lo e lutar para realizá-lo.

Creio, em terceiro lugar e finalmente, que temos o direito de falar e agir por nós mesmos. E uma das coisas que podemos fazer é nos organizar a nós mesmos, para fazer face a nossos problemas e fazer valer nossas reivindicações, dentre as quais se incluem, naturalmente, o direito de lutar, pela palavra e pela ação, em favor das reivindicações indígenas, direito que nos vem sendo negado de muitas maneiras, e de maneiras cada vez mais claras.

Assim, um ato básico de responsabilidade dos etnólogos, hoje, consiste em se organizar, buscar formas de ação que assumam a especificidade de nossas posições como antropólogos, que lute pela legitimidade de nossa atuação - teórica e prática - e que se faça ouvir, pelo Estado e na sociedade. A responsabilidade social do antropólogo certamente não se esgota em lamúrias sobre o que poderíamos fazer se...